

Presidente teme repercussão

Brasília — Ao concluir as medidas que anunciará hoje à noite à Nação, a principal preocupação do presidente Sarney passou a concentrar-se nas possíveis repercussões que alguns pontos do pacote terão na área política, sobretudo por 1986 ser um ano eleitoral. Apesar de não ter feito consulta política alguma antes de elaborar o pacote — o deputado Ulysses Guimarães admitiu que não participava da “intimidade” das novas medidas —, Sarney procurou acalmar os assustados políticos com quem conversou.

— Os senhores podem ter certeza de que todas as medidas do meu governo serão para garantir o êxito do plano econômico — garantiu o presidente numa roda de deputados e senadores integrantes das mesas diretoras das duas Casas Legislativas, que foram ao Palácio do Planalto para lhe entregar a mais alta condecoração do Congresso, o Grã Colar do Mérito Legislativo. Nesta conversa, o presidente apontou o tripé das preocupações do setor econômico: carne, leite e carros.

Há, dentro do governo, uma autêntica guerra entre os setores econômicos e a área técnica. O presidente Sarney, de uma maneira geral, tende a raciocinar com uma grande dose de senso político, mas até ontem isso ainda não tinha sido o suficiente para movê-lo da idéia do compulsório sobre os combustíveis. Mas já fora capaz de recuar no compulsório das contas de energia.

A proposta de um empréstimo compulsório sobre contas de luz residenciais foi abandonada nas discussões finais do governo para definição do pacote, porque mostrou-se inviável, tanto do ponto de vista econômico como político.

Para ser viável economicamente, isto é, ter uma arrecadação significativa, o imposto teria de ser aplicado sobre todas as contas de luz — medida altamente impopular pois atingiria indiscriminadamente toda a população, o que não acontece com outros empréstimos compulsórios, que só afetam o segmento da população de maior poder aquisitivo.

A alternativa política apontada foi o empréstimo apenas para as contas de luz de

consumo acima de 500 quilowatts. Mas com isso a medida perdeu seu sentido econômico, pois implicaria uma redução expressiva da arrecadação com esse compulsório, e a proposta foi arquivada.

A disputa entre os setores técnicos e políticos teve como objeto também a reforma administrativa. A Seplan tentou comandar o processo de reforma, de forma a manter, inclusive a proposta de demissões no setor público. O ministro Aluísio Alves, experiente político, e amigo pessoal do presidente, evitou que isto acontecesse: com respaldo do Palácio, passou a comandar a reforma da máquina do governo e a primeira medida que definiu foi a garantia de emprego aos servidores públicos.

Discurso

Hoje às 20h30min, por cadeia de rádio e televisão, o Presidente José Sarney dirá que as medidas de complementação ao Plano Cruzado são necessárias para que o país continue a crescer e o governo possa garantir seu ambicioso projeto de metas sociais.

O Presidente começou a redigir o discurso ontem à noite no Palácio da Alvorada e continuará este trabalho hoje de manhã. A gravação será feita no final da tarde, num pequeno estúdio de televisão instalado no subsolo do Palácio do Planalto.

— O Presidente vai dizer que o Plano Cruzado e o congelamento de preços serão mantidos. O resto é conversa fiada — disse o porta-voz Fernando Cesar Mesquita.

De acordo com assessores presidenciais, Sarney pretende imprimir um tom de conversa ao discurso, no estilo do anúncio do Plano Cruzado. Ele quer que a opinião pública se convença das necessidades das novas medidas, inclusive as mais amargas.

Normalmente, os pronunciamentos do presidente são redigidos por dois assessores, Virgílio Costa e Joaquim Campello. O discurso de hoje, contudo, será inteiramente preparado pelo Presidente. Ontem à noite, ele ainda recebeu no Palácio da Alvorada os últimos subsídios para o trabalho.